

Notas do nosso submundo: o Brasil pede SOS ao Brasil¹

Essa chamada humanidade, na verdade, constitui um grupo seletivo que exclui uma variedade de sub-humanidades, caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes, que vivem agarradas à terra, aos seus lugares de origem, que são coletivos vinculados à sua memória ancestral e identidade. Esse grupo exclui também 70% das populações arrancadas do campo e das florestas, que estão nas favelas e periferias, alienadas do mínimo exercício do ser, sem referências que sustentam a sua identidade. São lançadas nesse liquidificador chamado humanidade.

Ailton Krenak²

-
- 1 Parte das pesquisas mencionadas neste artigo tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) através de seu programa regular de auxílio à pesquisa.
 - 2 Entrevista concedida a Bertha Makharaoun e publicada no Estado de Minas, sessão Pensar, em 03/04/2020. Data de acesso: 20/02/2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/04/03/interna_pensar,1135082/funcionamento-da-humanidade-entrou-em-crise-opina-ailton-krenak.shtml.

De um lado não há reconhecimento ético ou político sem conhecimento, sem intervalo, sem face a face, sem distância. De outro lado também não há “ciência sem consciência”, não há conhecimento válido – pelo menos no campo de nossas ações humanas – sem o contato, a encarnação, a implicação, a proximidade inerente ao olhar daquele que quer compreender.

Compreender: erguer sua cólera diante da violência do mundo – erguer, simetricamente, sua empatia diante do sofrimento do mundo – à altura de um pensamento, de um trabalho. Mas de um trabalho que não esquece em sua exatidão escrupulosa, nem a fúria, nem a empatia.

Georges Didi- Huberman³

Neste ensaio – parte ensaístico, parte biográfico –, procurarei sumarizar, fragmentariamente e de modo brevíssimo, alguns trechos de minhas pesquisas, trabalho e ativismo dos últimos 30 anos a fim de articulá-los, como psicanalista, professor e pesquisador brasileiro a algumas possibilidades de pensar a atual situação do Brasil. Não se trata de uma tarefa apenas formal ou mesmo indigente, no que diz respeito a todos os outros trabalhos e pesquisas que venho realizando nos últimos anos até o momento presente; também não é um estado da arte de mim mesmo. Talvez ela seja (des)formal, fragmentário e sem remissão a qualquer texto anterior ou posterior que viria a completá-lo. Como observa Maurice Blanchot sobre a fala de fragmento: nem parte de uma totalidade da qual seria um pedaço; nem incompletude a ser integrada a um todo ainda vindouro. O fragmento tem sua própria eloquência e força e fala por si.⁴

Esse (des)formato se inspira em minha própria trajetória formativa e biográfica, atravessada pela ditadura empresarial-civil-militar brasileira e pelos movimentos e pessoas que reagiram, lutaram e se insurgiram contra

3 Didi-Huberman, Georges. *Remontagens do tempo sofrido*. Tradução Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

4 Blanchot, M. *A conversa infinita 3: a ausência de livro, o neutro, o fragmentário*. Tradução: João Moura Junior. São Paulo: Escuta, 2010, p. 41-45.

ela. Isso se articula, inquire e dialoga com o momento extremamente grave que atravessamos, desde 2016, e que coloca em risco a vida em seus limites mais extremos; a vida de todas as brasileiras e brasileiros que compõem a população de pessoas pobres, das minorias e dos divergentes. Lembro-me de uma mesa que dividi com Alba Zaluar em que ela observava com a contundência costumeira: “A diferença entre nós e os pobres é que nós continuamos vivendo”.⁵ A escolha entre quem morre ou quem vive é um traço constante e dramático, num país que não se converteu e nem se reconhece como nação.

Os traços biográficos que atravessam este texto poderiam revelar então que boa parte de meu trabalho como psicanalista, pesquisador, professor, ativista e, por vezes – de modo irregular e interrompido –, como cidadão, sempre tangenciou esses extremos nos quais a vida de pessoas ao meu redor, de repente, se torna desimportante e termina.

Vi no convite para este livro então, a possibilidade de testar alguma articulação direta entre esses desafios que se tornaram e são profundamente pessoais para mim, e que definem meu enraizamento no país e na cidade onde nasci e vivo. Assim creio que pedaços (fragmentos) de minha própria inscrição ética, moral e política, que decorrem de meu trabalho poderão evidenciar, como experiência e pensamento, traços de problemas nacionais agudos dos quais somos a causa e a solução.⁶

Esse parentesco entre minhas preocupações clínicas, ativismos e produções intelectuais indicam, ao mesmo tempo, uma clareza sobre as tensões e riscos do Brasil pós-ditadura e, do mesmo modo, uma falta de clareza sobre as razões pelas quais, do meu ponto de vista, ao longo dos últimos 30 anos, esses riscos só se consolidaram e se imiscuíram às instituições públicas e privadas no Brasil, criando um universo fake, desacreditado e repleto de suspeitas, derivado das fraquezas, ambiguidades e fracassos das instituições públicas e privadas no Brasil, muito antes do advento das redes virtuais.

5 Evento intitulado *Da Cidadania Ultrajada à Marginalidade – Os Protagonistas da História* organizado pela Companhia de atores Bendita Trupe em 23 de agosto de 2005 na FNAC Paulista como parte dos preparativos da companhia para seu novo espetáculo *Na Linha de Fogo*.

6 Agradeço a Michele Kamers o convite sempre aberto e generoso para compor mais essa obra da qual é uma das organizadoras.

Não farei um exame exaustivo disso aqui, antes pretendo testar a eloquência de um texto como esse, tensionado entre a formalização argumentativa dos dizeres acadêmico-intelectuais e a informalidade interpretativa do testemunho e do relato biográfico.

Assumindo isso desde o princípio, creio que algumas bordas serão esgarçadas para que seja provocado algum outro limite ao meu próprio pensamento e escrita. Escrevo, portanto, como alguém que reconhece na própria experiência biográfica a ausência de um sentimento de democracia, por ter vivido num país onde tal experiência foi sempre ameaçada, questionada, defenestrada e golpeada.

Penso que isso define os limites, até hoje não superados, da falência de nossa construção e consolidação como brasileiras e brasileiros, como país e povo soberanos no qual a construção da democracia se colocaria como tarefa contínua, rotineira e inquestionável.

Nasci um ano após o golpe, em 1965, e portanto vivi toda a adolescência e o início da vida adulta sob a ditadura. Vivi, participei e busquei interferir o quanto pude – quero acreditar – na construção da afirmação de que nenhum país, nem suas cidadãs e cidadãos jamais deveriam nascer sob uma ditadura, cuja violência continuada só reconhece territórios a dominar e corpos a submeter. Desse modo, minhas decisões foram extraídas de minha própria história, atravessada pela ideologia militar durante quase toda minha formação escolar, ideologia que preparava territórios inteiros da cidade aos interesses da classe empresarial predatória, definindo todo o desenho da cidade com o apoio silencioso da maioria das brasileiras e brasileiros às atrocidades do período de exceção.⁷

Esse longo processo algumas perguntas permaneceram redobradas em sua potência indagativa e questionadora: O que significa e qual a importância de conseguimos (ou não) interpretar nossos sintomas como país? Quais os pontos em que a história nossa se subjetiva e as subjetividades se historicizam

7 Ver parte 1 de Endo, P. C. *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*, São Paulo: Escuta, 2005.

condensando sentimentos e institucionalidades fracas, ambíguas e infensas à inflexão e às mudanças profundas exigidas numa democracia? Que memórias fazemos daquilo que – como repetição –, finca suas raízes do *modus operandi* da pulsão de morte e, desse modo, engendra uma dinâmica perpétua de execução de morte e indiferença social, coletiva e mútua diante do fim violento e cruel de vidas de brasileiras e brasileiros? O que representa a denominação (brasileiras(os)), senão para afirmar os clichês que adotamos sobre nossa brasilidade – considerando que ela exista como conjunto de traços identitários que forjam laços?

Sobra-nos e paira sobre nossa brasilidade tudo o que se compacta nas figuras complexas do carnaval, do futebol, do exotismo, da macaquite, da selvageria, do gigante que nunca desperta, como formas e experiências que nos servem como elementos decisivos de nossa constituição mística ou imaginária, efeito do nosso olhar sobre nós mesmos e do olhar estrangeiro, por sua vez colonizador, abusador, depreciador e viciado sobre nós. Nosso orgulho se justapõe à nossa vergonha.

Essas questões, que persigo há décadas, e hoje ainda estão mais presentes do que ontem, evidenciam o esteio da repetição sintomática em que, frente a elas, não se chegou à resposta nem suficiente, nem esclarecedora e nem minimamente explicativa. Tais perguntas se repetem como efeitos do traumático e não como efeitos do recalque. Penso que num ou noutro caso os dilemas são muito distintos, e interpretar os graves problemas brasileiros que incidem diretamente sobre a vida e a morte de pessoas como efeitos do recalque, em minha opinião, consiste em um dos equívocos de escuta, pensamento e ação orientados pela psicanálise.⁸

8 Em 2004 organizamos o evento Viver e Morrer na Cidade de São Paulo na câmara de vereadores da cidade de São Paulo e, num evento aberto e noturno, no Pátio do Colégio a fim de cobrar providências sobre os assassinatos de 15 moradores de rua no centro de São Paulo que, até os dias de hoje, permanecem impunes e sem esclarecimentos. Estiveram comigo como organizadores Edson Sousa, Fabiane Borges, Maria Leick, Beatriz Affonso, Janaina Bechler e Miriam Debieux. Hoje penso que iniciávamos ali, entre outras coisas, um debate sobre definições do traumático que recheavam certos discursos ideológicos de classe. Ou seja, diante de uma situação atroz como o assassinato com martelos e machadinhas de 15 moradores de rua a cidade parecia intocada. A indiferença era absoluta e, por isso, as providências, punição e esclarecimentos jamais aconteceram. Esse crime hediondo foi quase que completamente esquecido. Mais tarde em 2006 ocorreriam

Ante às indagações que propus, creio que minha decisão ao longo dos anos foi a perseguição de um aspecto continuado, sucessivo que demarca e, até certo ponto, define meu trabalho clínico, teórico e acadêmico e minha militância: a indiferença brutal e assoladora que devasta a maioria das vidas e apressa e antecipa a maioria das mortes de pessoas que vivem no Brasil.

Hoje vivemos no Brasil a coincidência de consequências gravíssimas da maior pandemia da história humana, justaposta a um governo explicitamente indiferente à vida de brasileiras e brasileiros e que, como temos visto inúmeras vezes em pesquisas de opinião e voto, vem sendo confirmado nos últimos anos por milhões de eleitores.

Entre os efeitos psíquicos, sociais e políticos dessa coincidência estão a indiferença pessoal, grupal e institucional pelas pessoas que vivem no país, pela vida em geral e pelas condições que a suportam. Seu vértice e vetor é a destruição de direitos, a disseminação do medo e da dor e a contínua evocação da desesperança naqueles que contribuíram na construção de um país que – como nação, governo e estado – se opusesse a uma antiética colonialista, servil e degenerada ante possibilidades emancipatórias, libertárias e em dia com as conquistas no campo dos direitos civis e humanos conquistados a partir de 1948.⁹

uma série de ataques simultâneos do PCC na cidade. Nenhum alarde na grande imprensa até que houve um ataque a bomba no bairro de Higienópolis, local onde residem muitos membros das classes ricas e médias da sociedade paulistana. A partir daquele momento o termo trauma passa a ser utilizado como justificativa para se produzir práticas abusivas a granel, cometidas pelas forças de segurança do estado e, aí sim, novos traumas contra a população pobre e periférica da cidade são cometidos às centenas. Quase 500 mortes praticadas por policiais contra a população jovem e periférica. Era aterrador como a banalização do trauma revelou-se potencialmente devastadora nesse caso e, depois, foi explicitamente instrumentalizada para justificar políticas de segurança nefastas e a prática de morticínios contra os pobres da cidade. Muitos foram os debates em cursos, aulas e conferências onde debati a inação de muitos psicanalistas sobre esse abuso.

9 Em artigo publicado em 2019 discuti alguns impasses colocados no combate à tortura no Brasil, a partir do momento em que um apoiador explícito das práticas de tortura assume a presidência do país. O artigo carecia de revisão mais apropriada e detalhada, mas assumi que o quadro de tortura institucionalizada e ilegal no país pouco se alteraria, porque pouco ou quase nada foi feito pelos governos anteriores para coibir a prática de tortura que ainda acontece nos locais de detenção, delegacias e a céu aberto. O atual governo surfaria em tudo o que não foi feito nas últimas décadas pelos governos eleitos pelas urnas. Para análise do artigo em pormenor: https://www.researchgate.net/publication/337668618_OS_CAMINHOS_POSSIVEIS_DE_UM_DESGOVERNO_

O Brasil hoje é um país pré-Segunda guerra mundial, pré-ditaduras latino-americanas, pré escravidão e assim por diante. Um governo colapsado e refém da imanência do narcisismo perpétuo, que quer explicitamente fazer o país todo trabalhar para o líder do governo, sua família e seus apaniguados escorados nos guichês dos balcões de benesses abertos pelo atual governo federal, sob os olhares cada vez menos atônitos das instituições que deveriam assegurar que isso jamais acontecesse, e dos cidadãos e cidadãs em seu conjunto que, por sua vez, deveriam defenestrar o atual governo enfática e indubitavelmente antes nas urnas e depois nas ruas. Mas atualmente estamos longe dessa sinergia e desse propósito.

Governa o país hoje em 2022 um grupo que ignora as experiências, a história e o contexto nacional e internacional em que o país se insere, propondo meras atrocidades, que para muitos soam como novidades estratégicas, para a solução de problemas nacionais não superados. Liberação de armas para insuflar guerra fratricida de civis contra civis e como recurso à violência, que jamais apaziguará o sentimento disperso e difuso de medo, insegurança e impotência; o negacionismo renitente quanto ao óbvio da maior pandemia da história e, depois, o incentivo ao uso de uma medicação sabidamente ineficaz (cloroquina) que atrasa a política de vacinação, única solução conhecida contra o vírus, enquanto se contabilizam mortos aos milhares; e a preservação do incentivo às dicotomias, oposições e discriminações definidas pela boa ou má vontade do líder do governo, indicam o absoluto estado de desgoverno nas beiradas da guerra total, em que o país se encontra. Acéfalo e passível de tornar-se refém de quaisquer práticas autoritárias, discricionárias, segregacionistas, predatórias e imbecilizadas que venham das ruas, dos quartéis e batalhões, de corporações, de outros governos ou do parlamento.

Num paralelismo bastante concreto temos hoje no Brasil, como no mundo, um vírus que se aloja no corpo humano para destruí-lo, matá-lo, enfraquecê-lo, degenerá-lo. A sobrevivência viral depende de sua capacidade de enfraquecer e destruir seu hospedeiro e disso depende sua sobrevivência.

Impressionantemente o mesmo ocorre com o governo brasileiro. A indiferença em relação às minorias; o ataque frontal aos que pensam diferente; a campanha explícita para atrasar o combate ao vírus e se aliar a ele, demonstraram a natureza viral do governo, que alguns jocosamente denominaram de ‘governo dos vermes’.

Em expressão indignada e assustada podemos dizer: os vírus e os vermes hoje assolam o país e nós sem vacinas e vermífugos suficientes para combatê-los. A nós é oferecida, única e exclusivamente pelo governo brasileiro, uma sala de espera de onde assistimos a morte, prevista e abreviada, de centenas de milhares de vidas que são empilhadas num gigantesco cemitério de mortos insepultos. Trata-se de um país despreparado para o enfrentamento de suas próprias tragédias? A resposta é um sim enfático e um não necessário e cauteloso.

Desde 2016 ao menos, vivemos inúmeras situações de grave tensão nacional, cujos resultados implicam direta e indiretamente na precarização e morte da vida de pessoas. Ali testemunhamos – e alguns de nós lutamos – contra a quebra institucional que anos depois deflagraria a situação de um país desgovernado, sem velas, sem mastros e que ruma para um choque violento contra as rochas.

Seu “capitão” contudo pretende pular do barco antes disso. Como fez seu aliado, depois inimigo, que hoje deixa as barbas de molho fora do governo que ajudou a eleger.¹⁰

10 Um dos principais artífices da trama que levaria Jair Bolsonaro ao poder em 2019 foi o juiz Sergio Moro. Embora previsível, continua sendo inacreditável que quase que imediatamente após ter condenado à prisão um dos candidatos mais prováveis à reeleição de 2018 e o presidente mais bem avaliado da história brasileira, Luís Inácio Lula da Silva, Sergio Moro assume o posto de Ministro da Justiça trabalhando para o candidato que ajudou a reeleger ainda como juiz. Após divergência com o atual presidente, o juiz, como também era previsível, passa a trabalhar como sócio-diretor para uma consultoria (Alvarez & Marsal) com sede em São Paulo. Um dos clientes dessa consultoria é a companhia Oderbrecht, ré no caso em que o juiz atuou diretamente, e em processo ainda em curso na justiça brasileira. Inacreditável, inverossímil, impossível mas aceitável no Brasil. Onde estão as instituições brasileiras? Frágeis, pusilânimes, ambíguas, amedrontadas e que são definidoras incontestes de um país que se resigna aos seus próprios algozes. A seguinte reportagem retoma e indica reportagens que ilustram o caso: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-04/com-emprego-em-consultoria-sergio-moro-turva-seu-futuro-politico-e-volta-a-por-etica-em-xeque.html>.

Em alguns momentos, desde o fim da ditadura brasileira se discutiu sobre uma identidade brasileira ou latino-americana da psicanálise. Como no passado pós-ditatorial, se discutia também a identidade latino-americana da literatura até chegarmos a uma espécie de conceito, iluminador sob vários pontos de vista e, ao mesmo tempo, revelador de traços latino-americanos demasiado importantes que a literatura consagrou: o realismo fantástico e maravilhoso e as fábulas alegóricas.

Idelber Avelar propõe pensar a passagem do realismo mágico às fábulas alegóricas na literatura latino-americana, durante e após as ditaduras, como tentativas de representação do irrepresentável, percebe contudo nas fábulas alegóricas um elemento a mais, constitutivo do processo de dominação e violência: a possibilidade literária de narrar a derrota em seu substrato traumático.¹¹

Esse traço mais ou menos presente nos autores e autoras da literatura nas américas trazia em seu bojo um componente abstrato, revelador também das inverdades, tomadas como verdadeiras, que atravessaram os países latino-americanos e que constituíram o cerne da experiência do absurdo, no qual estavam condensados cinismo, medo, mutismo, mentiras e degredo. A produção continuada de mentiras críveis, foram definidoras dos modos de sobreviver, viver, conviver em cada um dos países assolados pelas práticas, valores e crenças advindas das ditaduras e dos governos militares.

A literatura realista fantástica e alegórica aprofundava esse problema e o subjetivava. Ela trazia em seu bojo um indicador inevitável que se constituía com a capacidade que nós, latino-americanos teríamos de, ao exacerbar o absurdo, o inverídico, o inexequível chegarmos à verdades que só se exibiriam e se expressariam desse modo. O realismo que cotejava com o maravilhoso e o fantástico daria também lugar à fabulação e a alegoria.¹²

11 Ver Avelar, Idelber. *Alegorias da Derrota: Ficção Pós-Ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouvêa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

12 A incorporação dessa matriz literária latino-americana me inspiraria para a realização das pesquisas sobre a elaboração onírica, tendo como pano de fundos contextos de catástrofes sociais e políticas que se incorporariam a essa preocupação nos estudos em psicanálise: relatos surreais, hiper-reais, fabulosos e inverídicos como forma privilegiada de revelarem outras verdades. Daí derivariam, além das pesquisas propriamente ditas

Realidades absurdas que emolduradas pelas fantasias que se elaboravam sorratamente nas culturas sobreviventes nacionais indígenas, sobretudo no caso da América latina, acrescidas, no Brasil, das culturas negras e caiçaras revelariam um pensamento acossado pela negação.

Essa incorporação literária viria a descortinar e interpretar detalhes, planos e estratégias sanguinárias de domínio que, até hoje e desde sempre, definem as tensões e violências que avassalam grande parte das tentativas de se constituírem vidas que podem ser vividas até seu fim, aguardando, no tempo que lhe é próprio, o fim de seu ciclo: mortes morridas, portanto. A literatura fantástica e as fábulas alegóricas restituíam um dizer atormentado pelo silêncio imposto pela experiência da violência vivida, do futuro soterrado e da derrota sofrida e custosamente admitida.

Hoje ainda vivemos no Brasil uma expressão eloquente entre termos opináveis, de uso popular, depois consagrada por um dos poetas maiores da língua portuguesa João Cabral de Melo Neto: “morte morrida, morte matada”.¹³

À morte morrida que revela o fim de uma vida; que aguarda os processos de luto que a embalarão e que enseja os rituais de celebração, memorização e lembrança de uma vida que recém deixou de existir, se opõe à morte matada. Essa que se instala como ferida perpétua de uma vida que foi arrancada; que imobilizou as possibilidades psíquicas de elaboração e de separação de histórias e vidas imbricadas e abortou o tempo da consagração, da constituição do lugar da memória do morto que poderia perdurar não como trauma, mas como experiência, traço e lembrança .

Ante à possibilidade negada de mortes morridas num país onde grassam as mortes matadas, todas as vidas permanecem embaçadas, ou seja, avulsas e etéreas como fantasmas que deambulam. É possível evidenciar essa formação como imagem e (i)representação nas figuras que abundam nas produções

e sua publicação (2016, 2018, 2018b), a coleta de sonhos e a construção de acervos de sonhos.

13 Em 2008 publiquei artigo intitulado *Morte Morrida, morte matada: o direito à própria dor*. Nele discuto essa diáde que induz que no fim mais indigente há sempre um princípio a ser guardado, preservado, cuidado. Isso que esses termos da língua brasileira/portuguesa ganham na obra de João Cabral de Melo Neto (1979) na qual o termo destaca o finito e o infinito nos estertores de vidas desimportantes, vidas severinas.

televisivas, cinematográficas e na cultura videogamer em geral, e que atraem e excitam multidões: a figura dos zumbis.

Esses que não estão nem vivos, nem mortos; massa amorfa, indivisa e mil vezes aniquilada, morta, eviscerada e esquartejada nas películas cinematográficas para o consumo de massa. Seus assassinos-heróis-protagonistas são, em geral, os heróis de morte a granel. Incansáveis em seu gozo necrofílico e sanguinário e, ao final, bons executores da morte dos mortos que não morrem. Mata-se para não morrer porque, com Freud lembramos: os mortos matam.¹⁴

Tanto hoje quanto na ocasião, os zumbis poderiam ser lidos como a expressão inconsciente da permissão a mortes a granel, como efeito de vidas que não puderam ou foram impedidas de serem singularizadas como herança. Os zumbis são os pedaços de carne ambulantes que só existem para serem, como corpo sem alma, espetáculo para a sucessiva, repetida, contínua e autorizada destruição dos que não foram nem reconhecidos e nem enlutados.

Os zumbis são os milhões de mortos para os quais se inventa uma figura reproduzível e inofensiva, porém excitante e lucrativa, para ser abundante e repetidamente replicada para o consumo no universo da cultura de massa. Ali esses seres massacráveis são depurados de existência e sua destruição massiva é positivada como entretenimento e diversão. Durante anos, e a partir de diferentes perspectivas, procurei compreender esses processos enquanto trabalhava em meu doutoramento e conversava com mães brasileiras que perderam seus filhos de morte matada, assassinados pelas forças de segurança em diferentes cidades do país. Lembro-me de ter contatado um grupo de mães em Teresina quando estive lá, por ocasião dos trabalhos do grupo de peritos independentes de combate à tortura e à violência institucional da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Era um suposto grupo de mães que lutava pela punição a agentes de segurança pública que teriam assassinado seus filhos. Na hora marcada pensava encontrar um grupo, algumas mães, mas na sala havia apenas uma única mãe, grave e pesarosa que me disse: – Pois é, eu sou o grupo de mães. Situações assim se repetiriam muitas vezes depois, em outras

14 Freud, S. Totem e Tabu. Trad. Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio Paulo Endo. Porto Alegre/RS: L&PM, 2013.

idades brasileiras. Me recordo da solidão, da convicção e da dor no olhar daquela mãe resoluto, que não enxergava o futuro, mas lutava por ele.

Pensava que para os estudos sobre a violência ainda seria necessário, e mesmo urgente, uma olhar que pausasse sobre essas marcações contínuas e inconscientes que definem e autorizam destruições massivas e lutas obstinadas por justiça, capilarizadas por tantos brasis. Esse olhar foi problematizado no conjunto de estudos realizados que compuseram a pesquisa que resultou na publicação de *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico em 2005*.

Cedo entendi como psicanalista que vive e trabalha num país como o Brasil, que me era impossível não reconhecer o colapso de valores que impediam às brasileiras e brasileiros de viverem relativamente seguros; certos de que estariam mutuamente protegidos de seus próprios anseios de destruição, cruelização e mortificação amparados por regulações, pactos e instituições ativas para impedir, obstaculizar, problematizar e interferir no livre escoamento da pulsão de morte sobre os objetos que visa destruir, a bem da proteção narcísica.

Um artifício de consenso, regido por leis, regras e instituições para fazê-las vigorar e dispositivos para reinterpretar essas mesmas regulações e seus agentes, quando tais dispositivos retroagissem se auto-anulando ou se esterilizando, momento em que passariam a ser regidos a favor de um mecanismo usual e conhecido de proteção narcísica (a pulsão de destruição) que mina as bases da experiência democrática.

Sempre vivi a psicanálise como um trabalho profunda e fundamentalmente empírico e o pensamento, a prática clínica, como seu patrimônio maior. E logo compreendi que, mesmo no campo da pesquisa e do ativismo a contribuição do trabalho e do pensamento psicanalíticos era a potência de sua escuta peculiar, única e iniludível sobre a importância de escutar o que se move nas quietudes; se evidencia entre obscuridades e fala no silêncio tenso do dizível e do indizível, mas que determina formações psíquicas, repetidas como institucionalidades de toda ordem e interferem nas nervuras do pensamento, comportamentos e hábitos repetidos, consagrando e determinando políticas

de governo e de estado. Nada do que alcança consensos, institucionalizações, regras e leis pode ser compreendido em sua complexidade sem os falsetes do que se vê, do que se mostra e do que se manifesta e a psicanálise é um trabalho que não hesita ou se desfaz ante esse desafio proposto à sua escuta do profundo que se constituiria, nesse caso, como trabalho e como tarefa.¹⁵

Sob a obviedade de que as vidas dos mais pobres, dos vulneráveis dos diferentes e das minorias no Brasil eram desimportantes, flutuava e persistia a preocupação de que tal obviedade, por vezes vivida como banalidade, guardava os segredos da preservação do traumático e da perpetuação do trauma. Ou seja, não apenas a situação traumática era abertamente preservada como condição e contexto, mas clara e abertamente incentivada ao longo da história brasileira.

Boa parte do meu trabalho até então foi em busca da escuta a esse traumático, mas também a escuta às retumbâncias dessa repetição e suas consequências visíveis, nos *modus operandi* das contraditórias e ambivalentes instituições nacionais, supostos alicerces da democracia brasileira.¹⁶

Meus trabalhos e ativismo anteriores nas periferias paulistanas, desde a adolescência, só faziam confirmar dados e números que viria a conhecer e pesquisar depois de 1998, após iniciada a pesquisa de doutoramento.

Algumas dessas convicções tiveram sua fonte nos trabalhos com crianças, pais e mães no início da década de 80 nas regiões pauperizadas da cidade de São Paulo. Ali pudemos viver um trabalho contínuo, difícil e maravilhoso, que resulta até hoje como uma experiência imersa numa espécie de realismo fantástico, sempre que me lembro dela.

15 Os diálogos propostos entre a psicanálise e a teoria política contemporânea seriam muito importantes em meus trabalhos realizados desde 2006. Mas creio que os artigos publicados em intenso diálogo com Giorgio Agamben (2010, 2012), Norbert Elias (2018) e Jacques Derrida (Endo, 2020; Veríssimo e Endo, 2020) foram os mais frutíferos e decisivos.

16 Não haverá tempo nem espaço para descrever os anos em que fui membro do Conselho Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional (CNPCT) do governo federal entre 2012 e 2013. Mas posso dizer que o combate à tortura sendo uma prioridade para a Secretaria Especial de Direitos Humanos até 2011, não foi uma prioridade do governo federal composto por inúmeros perseguidos, torturados e presos durante a ditadura brasileira.

Trabalhávamos ao longo dois anos com e entre pessoas que perduravam, confiavam e esperavam o melhor do país, dos governos e de si mesmas mesmo nas piores condições. Uma esperança comovente, por vezes ingênua até, mas que pontuava nosso pessimismo e desânimo em prosseguir que, vez ou outra, nos abatia.

Desse período, ainda no início da década de 1980 e nos estertores da ditadura empresarial-civil-militar no país e antes que a psicanálise fizesse qualquer sentido duradouro para mim, o que retive foi, por um lado, uma compreensão muito mais profunda e abrangente da construção da pobreza e da desigualdade na cidade e no país e, por outro, a riqueza, a esperança e a delícia dos encontros e das amizades que vivemos ali reunidos num espírito fraterno, onde a vontade de vivermos juntos num país melhor, recém-saído da ditadura sanguinária que havíamos vivido, criava afinidades e laços indenes. Isso também alimentava meu desejo de escutá-los mais, melhor e mais profundamente.

Retomo um breve relato extraído do memorial redigido para o meu concurso de livre docência.¹⁷ Ele retoma essa experiência relativamente formalizada que vivi nesse período, e sintetiza aspectos importantes que pretendo destacar adiante:

Em 1984, um ano após ingressar no curso de graduação de psicologia da PUC/SP fundei, juntamente com outros colegas universitários, um grupo de educação popular orientado para o desenvolvimento de atividades regulares de apoio às comunidades pobres na periferia da cidade de São Paulo. Esse grupo trabalhava no sul da cidade, numa região denominada, ironicamente, Vale das Virtudes e situado no bairro do Jardim Rosana. O grupo foi batizado de “Poder das Flores”, em referência aos movimentos pacifistas da década de 60 e à canção “para não dizer que eu não falei das flores” de Geraldo

17 Trecho extraído de memorial circunstanciado do Professor Doutor Paulo Cesar Endo, como exigência parcial para o concurso de livre-docência realizado em 2017. Texto não publicado.

Vandré, convertida em palavra de ordem dos movimentos de oposição à ditadura nas décadas 1970 e 1980.

O trabalho teve início após contato e apoio de algumas lideranças locais ligadas à igreja católica e aos movimentos eclesiais de base. Irmã Gertrudes, freira militante ligada à congregação das Irmãs Carmelitas, apresentou-nos aos líderes locais para o imprescindível reconhecimento e apoio inicial. Ao emprestar sua confiabilidade militante a um grupo de jovens universitários de classe média, irmã Gertrudes nos ensinava os primeiros cuidados fundamentais na aproximação entre grupos distintos, advindos de valores, culturas e classes sociais diferentes e que, eventualmente, poderiam encontrar algum sentido e propósito em trabalhar juntos.

O voluntarismo assistencialista de nosso primeiro projeto e nossas primeiras ambições logo foram desfeitas, a partir das instruções que Irmã Gertrudes pacientemente nos dava ao se reunir conosco para conversar sobre o grupo e o projeto. Antes ela discutiu nosso projeto, sugeriu mudanças e algum refinamento e, só depois, nos apresentou a algumas lideranças da comunidade. A confiança da comunidade em sua pessoa era admirável e sem ela jamais teríamos iniciado qualquer trabalho consistente no local.

Lá, desde os primeiros contatos com lideranças locais, conhecemos uma realidade complexa, povoada por interesses distintos, conflitantes e politicamente orientados; disputas protagonizadas por vereadores que há anos investiam em currais eleitorais nas periferias paulistanas; por movimentos políticos e seus respectivos partidos, da extrema esquerda à extrema direita, em busca de aliciamento de lideranças locais; por igrejas e grupos de matrizes religiosas distintas, algumas amparadas por fundos internacionais, investindo em trabalhos sociais diferentes entre si. Todos em disputa pela imensa periferia da zona sul da cidade de São Paulo. A presença da igreja católica, das comunidades eclesiais de base, de padres e freiras militantes da teologia da libertação geravam,

em boa parte da comunidade, profundo respeito e confiança e, creio, que durante algum tempo fomos vistos e recebidos como jovens católicos ou membros da igreja católica, embora nossas crenças religiosas pessoais nunca tivessem sido questionadas ou debatidas, nem entre nós, nem pela própria irmã Gertrudes, patrona desse trabalho.

No início da década de 80 já havia na periferias paulistanas a apreensão das comunidades pobres com as crianças muito expostas à criminalidade nos bairros periféricos de São Paulo. Havia claramente por parte das mães, alguma preocupação com o consumo de drogas e com o possível aliciamento das crianças para a prática de pequenos crimes, o que gerava a preocupação durante os períodos em que seus filhos não estavam na escola.

Os pais e familiares tinham medo das “más influências” e da exposição excessiva dos filhos nas ruas da favela. Porém, o que predominava naquele momento, era o medo de que os filhos viessem a ser usuários de drogas e não o pavor de que viessem a ser aliciados pelo tráfico ou se tornassem membros de facções criminosas ou assassinados pela violência policial. Esse tema predominará de modo crescente a partir da década de 90 nas periferias de todo o país. A década que ficará conhecida como a década do massacre do Carandiru e da consolidação das facções ligadas ao tráfico.

Naquele momento formulávamos uma proposta de atividades de cultura e lazer voltada às crianças da comunidade local. Tais atividades eram elaboradas e definidas em reuniões regulares entre nós, estudantes universitários de música, artes plásticas, psicologia, psicanálise e pedagogia. Nosso objetivo era trabalhar com as crianças a partir de atividades informais e de livre escolha e, por meio desse trabalho, diagnosticar os primeiros problemas sociais e locais envolvendo as crianças e seus pais.

A creche municipal e a escola estadual cederam seus espaços para a realização das atividades formalizando aos olhares de pais e mães as atividades que realizávamos e, gradualmente, muitas crianças e pais vieram a se interessar pelo trabalho que desenvolvíamos aos finais de semana. Mais de uma centena de crianças compareceram regularmente em nossas atividades extracurriculares ao longo de 4 anos ininterruptos.

A aproximação e interesse dos pais pelo trabalho que realizávamos com seus filhos, especialmente das mães, requereu do projeto uma orientação política de médio prazo. A necessidade de um trabalho formativo numa comunidade sem quaisquer opções de cultura e lazer públicos aos finais de semana, deslocava o trabalho inadvertidamente para o assistencialismo e a prática ingênua, o que era impossível de sustentar com voluntarismo e boa vontade. Isso acontecia também porque, sutil e inconscientemente, éramos empurrados ao trabalho assistencialista por boa parte da comunidade organizada que disputava espaço político na região, e que não tinha interesse em mais um grupo politicamente organizado no local.

Cientes desse risco passamos a orientar o trabalho no sentido do que se chamou, a partir de 1980, de educação popular. Importante linha de trabalho e pensamento que surgiu no Brasil durante a ditadura civil-militar e propagou-se como estratégia de formação de um pensamento interdisciplinar de esquerda no Brasil, sobretudo após a anistia em 1979. A obra de Paulo Freire tornara-se uma das principais referências nesse tema e, a partir de sua volta do exílio em 1979, a sua obra e seu pensamento militante se tornaram e uma de suas principais referências teóricas e metodológicas na construção da democracia brasileira.

Animados com nossas leituras e análises da pedagogia do oprimido paulo freireana passamos a pautar nosso trabalho em torno das condições de transformação das relações de poder nas regiões

periféricas da cidade. Era um norte para uma prática e pensamento de esquerda, ainda nos estertores da vigência da ditadura civil-militar no Brasil.

Os princípios da educação popular foram norteadores gerais do trabalho a princípio, não apenas porque permitiu-nos sair de um risco assistencialista e repetitivo, mas também porque nos obrigou a aprofundar a análise das condições sociais, culturais e políticas na região. Para nós o trabalho passou a se definir como educativo, porém por uma vertente ativamente transformadora, amparada pelas relações de poder geradoras da assimetria centro-periferia que nós jovens de classe média, de algum modo, representávamos.

A partir do segundo ano de trabalho na comunidade, passamos a aprofundar a compreensão da negligência de décadas do governos do estado e do município paulistano com as periferias da cidade e, ao mesmo tempo, nos defrontávamos com forças políticas que atuavam na região com objetivos políticos distintos dos nossos.

Associações de bairro, centros de cultura, igrejas pentecostais sediadas em outros países, atuavam na região criando um mosaico de proposições e ações, nem sempre coordenadas e nem sempre concordantes. Uma luta política também se exercia na comunidade e, com o crescimento e a adesão ao trabalho, também nós nos tornávamos um grupo político representativo e, para alguns, suspeito. Tornava-se, rápida e gradativamente, fundamental portanto, aprofundar essa segunda fase de nossa inserção na comunidade, cuja inscrição dependia de uma posição política clara a ser apresentada para as pessoas ligadas ao nosso trabalho, a fim de definir as vias de ingresso na cena política local. Essa segunda fase do trabalho tem início a partir de 1986, um ano após o fim do governo militar.

O psicólogo social Alberto Abib, professor de psicologia social da PUC/SP contribuiu decisivamente para a mudança de curso do

nosso projeto inicial. Como professor, padre inclinado à teologia da libertação, psicólogo social e com forte enraizamento nos trabalhos comunitários o Professor Abib assessorou nosso trabalho durante o período de transição. Nosso intento era migrar do planejamento exclusivamente voltado para atividades culturais, educacionais e recreativas com as crianças moradoras do Vale das Virtudes, para buscar ativamente o contato com seus pais, a fim de refletir sobre problemas importantes que se apresentavam como sintomas psíquicos e sociais em seus filhos, que após anos de trabalho continuado conhecíamos relativamente bem.

Reuniões com os pais e atividades integrativas entre pais e crianças se tornaram frequentes, além disso um clube de mães foi fundado para pensar em estratégias de enfrentamento, diante dos problemas importantes da comunidade não alcançados pelo trabalho que realizávamos com as crianças. Isso conduziu a um debate comunitário, junto aos pais, sobretudo às mães das crianças, a fim de fundar um clube de mães, com as mães que frequentemente apoiavam e contribuíam com o trabalho que realizávamos. Surge então, formalmente, em 1986, o Clube de Mães do Vale das Virtudes, formalizado na FABES (subsecretaria da família e bem-estar social) do Campo Limpo.

Não seguiremos adiante no relato que é extenso, porém nesse trecho grifo algumas considerações importantes às quais devo alguns vetores de pesquisas, trabalhos e reflexões clínicas que perduram até hoje:

1. A inscrição profunda da igreja católica, durante esse período, nas periferias da cidade com o apoio de freiras e padres ligados à teologia da libertação, foram decisivas na transição pós-ditatorial que se iniciava no país. Os laços transferenciais mobilizados nesse período, são até hoje presentes na figura de algumas lideranças religiosas no Brasil e servem de exemplo onde abundam exemplos de comprometimento,

diálogo, comunicação e estratégias de politização popular praticadas por religiosos dentro e fora do Brasil.¹⁸

A partir da década de 1990 veríamos a influência da teologia de libertação em São Paulo esvaziando-se e enfraquecendo-se não apenas pela ausência de importantes lideranças religiosas nas paróquias e dioceses, mas também pelas instruções e ações do vaticano e da cúria metropolitana de SP, sobretudo a partir da renúncia do paladino pelos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns, em 1998, afastando-se das atividades como Arcebispo Metropolitano de São Paulo. Tal enfraquecimento se irradiaria também para diferentes países latino-americanos, nos quais a teologia da libertação foi decisiva em todos os aspectos da formação e organização das lutas populares.¹⁹

Como jovem psicanalista e, depois, pesquisador já tinha constatado que o debate político no Brasil junto às populações vulneráveis tinha de passar, necessariamente, pela compreensão do papel que a religiosidade cumpre nas comunidades pobres e as formas de interpretação religiosa que as pessoas fazem sobre sua própria realidade, a partir do convívio e adesão às comunidades religiosas das quais se sentem parte.²⁰ Algo que os teólogos da libertação compreenderam muito bem e que hoje, de outro modo, as igrejas evangélicas assimilaram também.

18 Em 2020 na bênção de natal realizada para a cúpula da igreja, no Vaticano, o Papa Francisco I cita Dom Hélder Câmara denominando-o Santo Brasileiro. Arcebispo de Olinda e Recife desde 1964, ano do golpe empresarial-civil-militar Dom Hélder foi um dos mais combativos religiosos contra o regime ditatorial brasileiro. Foi uma influência importante e decisiva no país da teologia da libertação. Inúmeras reportagens noticiaram o fato. Apenas como referência cito uma delas: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/em-mensagem-de-natal-papa-fala-em-preferencia-aos-pobres-e-cita-dom-helder.shtml>

19 Ver Sydow, E. & Ferri, M. Dom Paulo Evaristo Arns um homem amado e perseguido. São Paulo: Editora Vozes, 1999. Ver também artigo intitulado Coragem, esperança sempre! Adeus Dom Paulo, publicado como Editorial em Psicanalistas pela Democracia o falecimento de Dom Paulo em 2016 e acessível no link: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2016/12/coragem-e-esperanca-sempre-adeus-dom-paulo>

20 Testo algumas hipóteses sobre isso no artigo publicado em 2011 e intitulado: Vida e morte no pensamento político e social brasileiro e as teses fundamentais de Totem e Tabu: O Caso dos Linchamentos.

2. A transição do período democrático no Brasil coincidiria, de algum modo, com a consolidação das redes de tráfico dentro e fora das prisões que, mais tarde, tomaria conta de inúmeras comunidades pobres do Brasil. Isso que as mães com as quais trabalhávamos na década de 1980, indicavam com o medo das “más companhias” de suas filhas e filhos enquanto as crianças não estavam nas escolas.

Sem saber claramente sobre o futuro das periferias e do Brasil, elas antecipavam as formações de idealizações identitárias que disputariam a adesão das crianças e jovens num universo sem expectativas, despovoado de serviços públicos essenciais. Lugares largados à minguia de políticos inescrupulosos, grupos religiosos e membros das forças de segurança enredados em teias de corrupção, que logo mais se formalizariam como milícias e disputariam, de forma organizada, territórios, o parlamento e o governo nacional.²¹

3. Hoje fica evidente que nos estertores da ditadura e, certamente a partir da lei da anistia em 1979, o controle do governo sobre mobilizações, grupos e trabalhos que respiravam democracia estava laceado. Grupos como os nossos jamais poderiam existir durante tanto tempo no auge do governo militar. Ele seria desmantelado e todos seus membros seriam, no mínimo, presos, perseguidos e investigados. Entretanto entre 1983 e 1989, até onde sabemos, nunca sofremos qualquer obstáculo, retaliação ou perseguição ostensiva. Antes de nós outros grupos e atores trabalhavam na região com propósitos semelhantes e permaneciam ativos e coordenados, e tudo isso coincidiu com a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980.

Talvez possamos pensar e devemos acreditar que o final desse governo atual, pode estar se iniciando a partir de 2021. Veríamos os dois próximos anos então como uma brecha estratégica que se abre para

21 Em 2017, foi republicado na coletânea de ensaios sobre psicanálise, organizado por Tania Rivera, Edson Sousa e Luiz Celes, o ensaio que redigi em 2009, na revista *Psicologia: Ciência e Profissão* em sua 1ª versão e intitulado "Violência, Sistemas Violentos e o Horizonte Testemunhal". Nele daria início à passagem que se abria entre os estudos sobre segurança pública, os estudos sobre a memória e a psicanálise ainda como continuidade dos estudos de doutoramento iniciados em 1998.

construir o seu fim, nos preparando para que os grupos e movimentos que permaneceram alertas, ao menos desde 2016, assumam seu protagonismo na retomada e reocupação do país.

Esses três aspectos fundamentais constituíram parte da formalização dessa experiência e desse trabalho na periferia paulistana. A formalização dessas experiências em diversas pesquisas de maior fôlego só ocorreria anos depois, já como professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Mais de 20 anos depois dos trabalhos militantes de juventude eu mirava no agravamento da situação vivida na década de 1980: o sistemático ataque letal contra os pobres, negros e a população periféricas, organizado pelas forças de segurança do estado de São Paulo e, simultaneamente, o papel das forças populares ativamente se insurgindo contra a sistemática prática homicida e seletiva das polícias brasileiras, tendo como objeto de estudo, uma vez mais, a periferia sul de São Paulo, especificamente o Jardim Ângela que, com uma taxa de homicídios de 116,23 homicídios por 100 mil habitantes, foi o distrito considerado pela Organização das Nações Unidas o lugar mais violento do mundo em 1996.

Esse trabalho revelou de modo literal o papel das lideranças religiosas na insurgência contra o extermínio da população periférica, assim como as tensões intransponíveis entre as forças de segurança, o tráfico de drogas e as forças progressistas da igreja católica como articuladora e organizadora de movimentos sociais e sentimentos coletivos expressos como projetos pessoais comuns.

O objeto de investigação durante o doutoramento foi a passeata Pela Vida que há 25 anos acontece todos os anos no dia de finados na região do jardim Ângela, partindo da Paróquia Santos Mártires e terminando no cemitério São Luís, onde tantas e tantos são enterrados vítimas de violências homicidas. Ali se demarca todos os anos a luta continuada, aviltada pela desigualdade entre os armados e os desarmados. Desigualdade hoje aprofundada bestialmente pelo atual governo federal e amparada por boa parte do parlamento.

O registro dessa iniciativa revela ainda hoje a denúncia sobre um país que agravou seu ensurdecimento, incapaz de ouvir as periferias brasileiras naquilo

que elas exigem, gritam e ecoam. Mas indica também que a força dos movimentos populares, que atravessaram décadas de existência, exibindo uma flagrante contundência, ainda não alcançaram no seu conjunto a tão almejada e mútua aprendizagem entre saberes acadêmicos, científicos e populares geradora de um pensamento e ação hábil o suficiente para impedir que o Brasil retorne, sempre e mais uma vez, ao estágio de uma caricatura de si mesmo. O Brasil profundo sempre estará guardado nos saberes populares, indígenas, negros que contínua e insistentemente interpelam os saberes acadêmicos, científicos e letrados, incluso aí a psicanálise, que persistem em ignorá-los e desconhecem ainda como dialogar com eles.

Sabemos, contudo, que visitar tais saberes e ignorâncias dependem de um reposicionamento sobre as certezas que se plantaram sobre a supremacia consentida de tantos modelos primeiro mundistas-sobretudo europeus e norte americanos – que hoje mantém o Brasil profundo e o Brasil letrado tão estranhos e incomunicáveis. Contextos que existem como se fossem aldeias separadas pelo oceano. Hoje é possível constatar que fazer o caminho para casa é uma tarefa que foi iniciada antes, mas visibilizada nos estertores do período da derrocada da ditadura iniciada em 1964. Há muitas pegadas no chão, mas muito se perdeu entre as tempestades que atravessamos nos últimos 30 anos. Não houve bonança. Novos caminhos terão de ser inventados.

A triste figura de um presidente brasileiro ajoelhado diante do pior dos presidentes americanos, revela que pouco mudou desde que os EUA apoiavam, com *destroyers* estacionados no litoral nordestino durante o golpe de 1964, os submissos militares brasileiros em sua ânsia, ainda intacta, de se apropriar do Brasil, sua riquezas, valores e princípios. Mas para nós ainda resta o caminho que prepara o enfrentamento dos nossos dilemas mais elementares e entre eles está o ultrapassamento do total desconhecimento que temos uns dos outros: os sub-humanos ainda não se reconhecem.

Como vaticinaram Aldir Blanc e Mauricio Tapajós:

O Brasil não conhece o Brasil

O Brasil nunca foi ao Brasil

[...]

O Brasil não merece o Brasil

O Brasil tá matando o Brasil

*jereba, saci, caandrades, cunhãs, ariranha, aranha, sertões,
guimarães, bachianas, águas*

Pois é, o Brasil não entende o Brasil, como poderá escutá-lo?

Do Brasil, SOS ao Brasil

Do Brasil, SOS ao Brasil

Do Brasil, SOS ao Brasil

Sim, Aldir e Maurício, somos ou não; seremos ou não nós, nossa única salvação.

Referências

- Avelar, I. *Alegorias da Derrota: Ficção Pós-Ditatorial e o trablho de luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouvêia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- Blanchot, M. *A conversa infinita 3: a ausência de livro, o neutro, o fragmentário*. Tradução: João Moura Junior. São Paulo: Escuta, 2010, p. 41-45.
- Costardi, G.; Endo, P. *Os caminhos possíveis de um desgoverno diante da prática da tortura: apontamentos e perspectivas num contexto de apoio governamental a graves violações de direitos humanos no Brasil*. Lua Nova, n. 108, 2019, p. 177-193.
- Costardi, G.; Endo, P. Jacques Derrida e a Psicanálise: Provocar, Convocar, Evocar e (R)Existir. *ALEA: Estudos Neolatinos*, vol 22/3, set-dez/2020, p.125-135
- Didi-Huberman, Georges. *Remontagens do tempo sofrido*. Tradução Márcia Arbex e Vera Casa Nova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

- Endo, P. C. *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2005.
- Endo, P. C. A Violência Infinita: entre o silêncio do corpo e o corpo das palavras-diálogos entre Sigmund Freud e Giorgio Agamben. In: Rocha, L. R. (org.). *Um Movimento Psicanalítico: Narrativas da Teoria, da Clínica e da Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 76-85.
- Endo, P. C. Vida e morte no pensamento político e social brasileiro e as teses fundamentais de Totem e Tabu: O Caso dos Linchamentos. In: Souza, M., Martins, F.; Araújo, J. N. G. (orgs.). *Dimensões da Violência: Conhecimento, Subjetividade e Sofrimento Psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 93-102.
- Endo, P. C. Morte Morrida, Morte Matada: o direito à própria dor. In: Kovacs, M. J.; Esslinger, I. *Dilemas Éticos*. Editora Loyola e Editora São Camilo, 2013.
- Endo, P. C. Ruínas de Palavra: Vida Nua, Estado de Exceção e Testemunho. In: Leite, N. V.; Milán-Ramos, J. G.; Moraes, M. R. S. *De um discurso sem palavras*. Camoinas/SP: Mercado das Letras, 2012, p. 494-510.
- Endo, P. C. Sonhar o desaparecimento de pessoas: Impossibilidade de presença e perenidade de ausência como legado da ditadura civil-militar no Brasil. In: Arantes, M. A. C.; Ferraz, F. (orgs.). *Ditadura Civil-Militar no Brasil: O que a Psicanálise tem a dizer?* São Paulo: Escuta/Sedes Sapientiae, 2016, p. 135-154.
- Endo, P. C. Violência, Sistemas Violentos e o Horizonte Testemunhal. In: Rivera, T.; Celes, L.; Sousa, E. (orgs.). Rio de Janeiro: FUNARTE, 2017, p. 109-120.
- Endo, P. C. Freud, o inconsciente, a des-memória, a in-memória e os paradoxos do esquecimento, do sonho e do real em Auschwitz. *Percurso: Revista de Psicanálise*. Ano XXX, n. 60, 2018, p. 77-88.
- Endo, P. C. O Arquivo de Sonhos de Ex-Prisioneiros de Auschwitz do Museu-Memorial Auschwitz-Birkenau. *Percurso: Revista de Psicanálise*. Ano XXX, n. 60, 2018a, p. 89-96.

- Endo, P. C. A Incidência do pensamento de Sigmund Freud na obra de Norbert Elias e a Radicalidade no Exame dos Processos Civilizadores. In: Costa, A. Costardi, G.; Endo, P. *Psicanálise e Teoria Política Contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2018, p. 53-77.
- Freud, S. *Totem e Tabu*. Trad. Renato Zwick. Revisão técnica e prefácio Paulo Endo. Porto Alegre/RS: L&PM, 2013.
- Neto, J. C .M. *Morte e Vida Severina* (auto de Natal Pernambucano). Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1979.
- Psicanalistas pela Democracia (Editorial). Coragem, esperança sempre! Adeus Dom Paulo. Acessível no link: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2016/12/coragem-e-esperanca-sempre-adeus-dom-paulo>. Data de acesso:20/02/2021.
- Sydow, E.; Ferri, M. *Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido*. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- Veríssimo,T. C.; Endo, P. C. O arquivo, a memória, o mal: interfaces da psicanálise no Mal de Arquivo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23/4, dez. 2020, p. 769-791.